

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA LGBT+



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

CONSELHO LGBT

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº20

PAUTAS: 1) Informes Gerais e avaliação da Parada LGBT+ 2026 e eventos paralelos; 2) Atualizações do GT de Relações Institucionais; 3) Informes da Comissão Eleitoral; 4) Avaliação de caso de denúncia; 5) Leitura e Adesão à Política Nacional LGBTQIA+ (Portaria nº 1.825/2025); 6) Passo a passo de acesso aos documentos do conselho.

PARTICIPANTES DO GOVERNO: Rebeca Rodrigues (Vice-presidente do CMLGBT/Titular - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), Tatto Oliveira (Titular - Secretaria Municipal de Cultura), Nilda Keiko Toyomo (Suplente - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Luciana Gandelman (Titular –Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Trabalho), Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta (Titular - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), Ana Caroline Barbosa Vergueiro (Suplente – Secretaria Municipal da Saúde).

PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL: Maciel Nascimento (Presidente e Titular - SINDSEP/SP), Ideraldo Beltrame (Titular - Segmento de Homens Gays), Andreza do Nascimento Almeida (Titular – Segmento das Mulheres Bissexuais), Reyna Destro (Titular - Segmento das Mulheres Trans).

A Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas para LGBT+ foi realizada em formato híbrido, com participação presencial na SMDHC, localizada na rua Libero Badaró, 119 – Centro, no dia 13 de junho de 2026, tendo início às 10h15, após verificação do quórum necessário para a abertura dos trabalhos;

A reunião foi conduzida pelo Presidente do conselho, Maciel Nascimento, com a apresentação de uma pauta mínima abrangendo informes gerais, avaliações dos eventos do Mês do Orgulho, retornos dos Grupos de Trabalho, informes da Comissão Eleitoral, apresentação de denúncias e deliberação sobre a Política Nacional.

Iniciando os Informes Gerais, Maciel relatou a realização do encontro nacional promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o sucesso da 2ª Marcha dos Trabalhadores e Trabalhadoras, ressaltando a importância de inserir a população LGBTQIA+ no mundo do trabalho. Destacou também uma pesquisa do Banco Mundial sobre os impactos financeiros e perdas orçamentárias decorrentes da exclusão de políticas para a população LGBTQIA+, sugerindo um debate futuro sobre o tema.

A conselheira Zaza tomou a palavra para exaltar a politização da Parada LGBT+ de São Paulo, refutando as críticas de que o evento seria apenas "um carnaval", e destacou a importância de as instâncias coletivas manterem o caráter de manifestação de um "ser político gigantesco".

Foi pontuado, no entanto, as dificuldades logísticas enfrentadas na Feirinha Cultural, apontando a falta de tendas para entidades importantes e a superlotação dos espaços cedidos, que chegaram a abrigar oito ONGs em uma única tenda pequena. Tatto Oliveira, representante do Centro Cultural da Diversidade (CCD), corroborou as dificuldades estruturais, relatando que a falta de espaço gerou aglomerações e pequenos incidentes, enfatizando a necessidade de fortalecer as ONGs e as instituições públicas de cultura nas próximas edições.

Ainda sobre a Parada, Ideraldo fez um resgate histórico emocionante, lembrando as origens das manifestações em 1996 e 1997, o apoio do sindicato das costureiras e a essência militante dos primeiros eventos. Ele manifestou preocupação com a atual institucionalização extrema e as "curadorias" do evento, defendendo a autonomia dos militantes. Durante este bloco, Maciel também manifestou grande preocupação com um Projeto de Lei inconstitucional aprovado em primeira votação na Câmara Municipal de São Paulo, que visa proibir a Parada na Avenida Paulista e a participação de menores de 18 anos. Maciel sugeriu que o Conselho adote um posicionamento questionando a Mesa Diretora da Câmara sobre o trâmite deste projeto.

Passando aos informes da Comissão Eleitoral, Rebeca atualizou os conselheiros informando que o grupo de trabalho está avançando positivamente. O cronograma e o edital estão previstos para serem publicados no dia 19 de junho. Maciel e Ideraldo expressaram preocupação com o possível término do mandato atual antes da posse da nova gestão, solicitando que seja pautada na próxima reunião a prorrogação do atual mandato até a posse, a fim de não deixar o município desassistido e garantir uma transição segura.

Em relação ao Grupo de Trabalho de Relações Institucionais, informou-se que a próxima reunião ocorrerá no dia 23 de junho às 10h. Ideraldo compartilhou que já elaborou uma sugestão de documento técnico orientador ("memória técnica") que registrará o legado para a transição de gestões. Zazá sugeriu a inclusão de um tópico propondo que o Conselho promova encontros de diálogo e conciliação entre as

diferentes organizações que realizam os eventos do orgulho na cidade, como a Associação da Parada, Caminhada Lésbica e Marcha Trans, o que foi acatado.

Na pauta sobre a Avaliação de Denúncia, que foi apresentada pelo munícipe Apolo, Maciel e Rebeca expuseram que o conselho recebeu e-mails com denúncias de transfobia referentes à Casa 9 de Julho e à Florescer I. Maciel pontuou que, como tais equipamentos pertencem à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e não à SMDHC, o Conselho não possui gerência direta sobre o caso. Rebeca informou que o protocolo do conselho para equipamentos de outras secretarias é o encaminhamento das queixas diretamente para a Ouvidoria, procedimento que foi devidamente realizado. Contudo, diante de ameaças de processo legal contra o Conselho por parte do denunciante (que exige respostas de imediato), deliberou-se que todos os e-mails e materiais enviados serão encaminhados à Assessoria Jurídica (AJ) da Secretaria de Direitos Humanos, visando uma orientação formal e o resguardo do Conselho.

A penúltima pauta abordou a Política Nacional dos Direitos da Pessoa LGBTQIA+. Rebeca e Maciel compartilharam e leram publicamente os principais artigos da Portaria nº 1.825/2025 e resoluções complementares que instituem a política, as diretrizes de conselhos e a formação de uma rede nacional. Após a explanação, Maciel propôs a adesão formal do Conselho Municipal de São Paulo a essa Política Nacional e à sua Rede. A adesão do Conselho foi aprovada por unanimidade pelos presentes, devendo ser preenchidos os anexos necessários para envio ao Conselho Nacional.

Por fim, Rebeca realizou uma demonstração de acesso aos documentos do conselho, ensinando um passo a passo pelo site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e pelo sistema SEI para que a sociedade civil e os conselheiros saibam localizar atas das reuniões ordinárias e dos Grupos de Trabalho. Ficou deliberado que este passo a passo será adicionado ao documento de orientação para a próxima gestão.

A reunião foi encerrada às 12h06, com agradecimentos do Maciel e Rebeca a todas as pessoas presentes.

Informou-se que a presente ata será encaminhada aos participantes e, após aprovação, será devidamente publicada.